

PELA REFORMA DA MENTALIDADE PORTUGUESA

ANTÓNIO SÉRGIO

O SEISCENTISMO

REPRODUÇÃO DO ARTIGO EM QUE,
SEGUNDO DIZEM OS QUE ME ODEIAM,
INSULTEI UM MORTO E FALSIFIQUEI
TEXTOS

Edição da SEARA NOVA

: 1 9 2 6 :

BELA REFORMA DA MENTALIDADE

esgotado

ANTÔNIO SÉRGIO

O SEISCENTISMO

PERGUNÇAS DO ARTISTA EM QUE
SEGUNDA PARTE OS QUE ME QUERAM

O SEISCENTISMO

EDITORA SALTIN
Rua do Amparo, 100 - São Paulo
Tel. 3081-1111

Shi

estampado

O SEISCENTISMO

Tip. da Ass. dos Comp. Tipográficos
Trav. da Agua de Flôr, 35 — Lisboa



PELA REFORMA DA MENTALIDADE PORTUGUESA

ANTÓNIO SÉRGIO

O SEISCENTISMO

REPRODUÇÃO DO ARTIGO EM QUE,
SEGUNDO DIZEM OS QUE ME ODEIAM,
INSULTEI UM MORTO E FALSIFIQUEI
TEXTOS

Edição da SEARA NOVA

: 1 9 2 6 :

PELA REFORMA DA MENTALIDADE PORTUGUESA

ANTÓNIO SÉRGIO

O SEISCENTISMO

REPRODUÇÃO DO ARTIGO EM QUE
SEGUNDO DIZEM OS QUE ME GODEIAM
INSULTEI UM MORTO E FALSIFIQUEI
TEXTOS

EDITADO EM LISBOA EM 1974
Pela editora SÉRGIO

PRÉFACIO

Há uma maneira *irinteligente* (como há uma maneira *inteligente*) de ser monárquico, republicano, socialista, etc.; e o que eu peço todos os dias aos meus mais jovens compatriotas, não é que abandonem as suas «ideias» (seus credos e partidos, sua fé): é, sim, que busquem ser *inteligentemente* (civilizadamente, europeicamente) aquilo mesmo que dizem ser. Sei (ou julgo sabê-lo) como se barbarizou esta Nação, e o que havia a fazer para a tirar de bárbara; e repito que a reforma mais importante — condição preliminar de tôdas as outras — é sempre a *reforma da mentalidade*; e que a disciplina mais necessária para termos a ordem a que todos visamos, não é a disciplina que provém da espada, da ditadura, da realeza ou da polícia, — mas a ordem, a honestidade e a disciplina *intelectuais*.

O AUTOR, na *Seara Nova*,
n.º 50, p. 37.



Il est évident que les principes de la morale
sont universels et qu'ils ne varient pas
d'un peuple à l'autre. C'est pourquoi
il est si difficile de les enseigner à
des hommes qui ne les ont pas
dans le cœur. Les lois civiles
peuvent varier, mais les principes
de la morale sont éternels. C'est
pourquoi les philosophes ont toujours
cherché à les découvrir. Les
lois civiles sont faites par les
hommes, mais les principes de la
morale sont éternels. C'est pourquoi
il est si difficile de les enseigner à
des hommes qui ne les ont pas
dans le cœur. Les lois civiles
peuvent varier, mais les principes
de la morale sont éternels. C'est
pourquoi les philosophes ont toujours
cherché à les découvrir.

THE END OF THE WORLD
BY J. H. ...



PREFACIO

O ARTIGO que neste folheto reproduzo é aquele mesmo onde dizem os meus inimigos que falseei textos e insultei um morto: António Sardinha. Lendo-o, e comparando-o com as acusações, verá o leitor imediatamente em que terra de bárbaros estamos nós; e espero que concluirá, não que «isto dá vontade de morrer», como disse Herculano, mas que é *urgente reformarmos a mentalidade nacional*.

Nos países incultos, como o nosso, não pode haver discussões de ideas: há só ódios pessoais. Por isso, são raros em Portugal os que percebem um civilizado — sem personalismos, sem sectarismos, sem rancores, e autêntico entusiasta das ideas e da cultura. Mais: raríssimas pessoas, aqui, deixam de odiar com ferocidade os que amam as ideas verdadeiramente, e não são bárbaros também.

Para que esta incultura tenha remédio — para que

tenha fim esta desordem (a desordem mental é a pior de tôdas) — a primeira condição essencial é percebermos que com efeito precisamos de remédio; é persuadirmo-nos de que, depois da época das Navegações — na era do Seiscentismo — nos divorciámos da cultura europeia; é convencermo-nos de que, como disse José Agostinho de Macêdo, «no fatal século de Seiscentos parece que neste reino houve a invasão da Estupidez, bem como agora houve a invasão dos franceses».

Tenho-me consagrado inteiramente, de há 15 anos a esta parte, à obra essencial da reforma da cultura, da reforma da mentalidade, que eu creio a faina mais importante para a regeneração do nosso país; e a idea de que o século de Seiscentos representa, com efeito, a invasão da Estupidez (como disseram, depois e antes de José Agostinho, todos os homens *cultos* de Portugal), determina a minha prègação e os meus escopos, o meu desejo de dar também, quanto possa, um concurso sério e eficaz ao progresso da Nação. Julgo essa idea, para Portugal, tão verdadeira e tão salutar, como qualquer homem religioso julga para si verdadeira e útil a própria idea de que há um Deus.

Claríssimo que tudo isto, para mim, está muito acima da minha pessoa, e de tôdas as pessoas imagináveis, vivas e defuntas, António Sardinha ou qualquer outra.

Sou um servo do Espírito. Se as almas dos mortos que mais venero, lá de além-túmulo, me contestassem tal idea — eu sustentaria a minha idea. E elas, certamente, achariam natural que a sustentasse; e achariam natural que a sustentasse todos os que sabem o que é Espírito, sciência, civismo, amor das ideas, amor do Bem.

Eis como os factos se passaram:

Quando fundei a *Lusitânia* com alguns amigos, não foi nossa idea que António Sardinha fizesse parte do corpo de redacção da revista, que se compunha a princípio apenas de especialistas scientificos e de criticos. Certo dia, um amigo comum communicou-me o desejo de António Sardinha de fazer parte também do corpo de redacção da *Lusitania*. Concordei do melhor grado. Logo de principio, fôra eu o escolhido (e bem contra minha vontade) para dirigir a critica literaria da revista. Uma occasião, o meu amigo o dr. Reinaldo dos Santos disse-me achar conveniente que eu escrevesse na *Lusitania* alguma cousa sôbre o folheto de um jovem que eu não conhecia, chamado Manuel Múrias (o que agora me ataca raivosamente) folheto que tratava do *Seiscentismo*, e onde se fazia uma paradoxal apologia da cultura portuguesa do século XVII. Escrevi, tratando o sr. Múrias o mais generosamente possivel,

e mostrando-lhe amavelmente os êrros das suas teses. Depois disto, mandou António Sardinha para a *Lusitânia* um artigo sôbre o livro do sr. Múrias, no qual exaltava o trabalho dêste e contraditava as ideas que eu expusera na minha crítica. Ponderei aos meus companheiros da *Lusitânia* o absurdo — contrário a tôdas as praxes — de uma revista como a *Lusitânia* contraditar (e pela pena de um dos membros da sua própria redacção) as críticas do seu crítico official. Achava eu mais lógico que Sardinha publicasse o seu artigo em outra revista, como, por exemplo, a *Nação Portuguesa*. Mas houve insistência pela publicação na *Lusitânia*, e acedi a tal insistência, com a condição de publicar eu, ao mesmo tempo, a defesa das ideas expedidas na minha crítica. Como bem se vê, eu tinha a obrigação de defender a competência da crítica literária da *Lusitânia*, confiada à minha pessoa. Assim procedendo, defendia a própria revista. A situação, com efeito, era absurda: porque, sendo eu o crítico official da *Lusitânia*, esta, ao publicar o artigo de Sardinha, atacava-se a si mesma. Admiti o absurdo, para evitar o naufrágio da *Lusitânia*...

Mas não ficou por aqui. Pediram-me ainda que publicasse a minha defesa (que não era de maneira nenhuma insultuosa, mas, bem ao contrario, em termos

amáveis e affectivos), não no mesmo número da *Lusitânia* em que se publicava o artigo de Sardinha, mas só no número seguinte. Também acedi...

Pouco depois, falecia António Sardinha. Entretanto, as ideas do artigo dele iam exercendo a sua influência em cérebros ignorantes e pouco lúcidos, *influência a meu entender perniciosíssima*; eram repetidas e aclamadas como verdades irrespondíveis; e resolvi, por fim, publicar na *Seara Nova* o artigo em que lhe respondia. E porquê?

Porque, como homem e como português, me cumpre defender o que creio verdade, e *verdade fundamental para a regeneração da minha pátria*, — isto é, para uma obra de bem comum a que consagrei a própria existência. Reparem nisto os que agora me lêem: a idea, por mim defendida, da regeneração de Portugal pela reforma da mentalidade, não é um pretexto para «arranjar a vida», ou um bom assunto para encher artigos, ou simples cobertura de paixões sectárias: em mim, é uma coisa «de cá de dentro», muito profunda e muito séria. A minha pessoa não me interessa nada, nem os ataques, os elogios, ou as calúnias que me possam fazer; sou da família dos «originais» que vivem absorvidos numa idea moral. Enquanto, pois, se não penetrarem desta verdade, nada perceberão os meus

feitores das controvérsias em que andei metido, e nada compreenderão do que me diz respeito. Uma vez que se penetrem dela, logo verão que seria absurdo deixar correr sem nenhum reparo as afirmações de Antonio Sardinha, que considero erradas e prejudiciais — só pelo facto de que aquele escritor, que as proclamava, havia morrido. Seria uma situação demasiado cómoda para os adversários das minhas teses: êles — podiam dizer o que bem quisessem, porque não contrariavam o escritor defunto; eu — caladinho, com prejuizo do que creio útil. Nunca ninguém se dispensou no mundo de discutir opiniões das pessoas mortas, e a Verdade, a Nação, o Bem, estão muito acima de todos nós, os vivos e os não viventes. Essa defesa da minha tese contra a tese de António Sardinha — é o embate de uma *idea* com uma *idea*, e não de uma *pessoa* com uma *pessoa*. Contestar a idea de um certo homem (ou defendida por um certo homem) não é insultar êsse mesmo homem: sabe-se isto no mundo inteiro, e só se desconhece neste país. E porquê? Porque muitos dos que escrevem, berram, ou declamam na nossa terra, andam a fingir de pessoas cultas: nunca se elevaram verdadeiramente à autêntica vida do pensamento, e ficaram no nível do fanatismo e dos simples interêsses e relações pessoais. As ideas, em Portugal, são meros instrumentos das pai-

xões sectárias; e nem cá se percebe que se defendam ideias que não sejam instrumentos de quaisquer paixões.

Republico pois a minha resposta, onde, segundo afirmam aqueles que me odeiam, eu insultei António Sardinha: veja o leitor quais são os insultos, e onde estão.

Nessa resposta — para não alongar demasiadamente as citações de um livro francês, enchendo-a de prosa que não era minha, sem absoluta necessidade, — fiz aquilo que se faz sempre em todos os países civilizados (e que se faz também no nosso país): reproduzi só o necessário, substituindo por tres pontinhos as partes eliminadas. Por fazer isto, fui acusado de falsificar o texto. Agora, dou os textos sem êsses cortes, pondo em itálico o que aproveitei. Verá o leitor imediatamente que as partes então eliminadas não contrariam em coisa alguma, e pelo contrário só confirmam, as conclusões que eu tirei das partes reproduzidas (isto mesmo, aliás, já foi demonstrado por Rodrigues Miguéis¹). As acusações só se explicam a-final como simples ataques de fúria cega, que os próprios coléricos (assim o espero) ainda um dia lamentarão.

Em apêndice, ainda, dou uma carta que na *Seara Nova* escrevi aos jovens da minha amizade acêrca da repul-

¹ V. *Seara Nova* n.º 88.

sa que neles levantaram estas ridículas manifestações

Vejo estas desordens intellectuais sem nenhuma espécie de paixão, como um clínico, ou um investigador, vê as manifestações duma doença curiosa que se propõe tratar scientificamente; são os efeitos naturais da nossa barbárie nacional, da nossa incultura secular — daquela invasão da Estupidez, de que falava já o velho Macedo. As paixões, quanto a mim, são as causas dos maiores males de que padecem as sociedades; e o de que Portugal necessita mais, se me não engano, é de algumas dúzias de pessoas calmas, com o espírito claro e bem decidido e sem paixão de nenhuma espécie que digam tudo o que é necessário sem saírem da sua calma, e façam tudo o que é necessário com paciência e senhorio de si. Quanto mais berrarem contra mim, mais me convencerei da necessidade da reforma mental que preconizo. Não me dão vontade de morrer; não me dão vontade de me zangar: dão-me vontade, sim, de trabalhar cada vez mais, com uma grande dose de compaixão pela decadência mental do meu país.

As muitas criaturas que me teem ódio, — e às quais, pelo contrário, não tenho ódio de nenhuma espécie, — digo que me consagram demasiadamente. Cuidei ser, tão só, um dos mais modestos colaboradores da regeneração mental do Português; mas elles,

com os seus ataques furiosíssimos, estão-me empurrando para a categoria de homem simbólico e representativo dessa grande faina nacional. O que seria injustíssimo para todos os outros, além de um trans-torno na minha vida: por mais que façam, não tenho jeito para Personagem; e ser um *parvenu* no palácio da História — nunca esteve nos meus projectos, nem nas minhas intenções.

Aos jovens que me lêem com simpatia, digo que espero unicamente que vejam em mim o exemplo da Critica, o do puro espírito de investigação, o da liberdade intelectual: e que esta a exerçam antes de tudo para com as minhas palavras e opiniões (como teem feito, louvores a Apolo!). Tomardes os dizeres dos meus escritos como dogmas incriticáveis, e a minha pessoa como um Papa — seria renegar-me de todo em todo. Haveis de me poupar a êsse absurdo: e no dia da morte do vosso amigo, se quizerdes honrá-lo condignamente, não publiqueis lamentos, nem elogios, — mas uma Critica. *Ueber Graeber — vorwaerts!*

Quanto à memória de António Sardinha, respeitei-a mais, sem dúvida alguma, que os meninos que se servem do seu cadáver como de instrumento da vingança das suas vaidades irritadas, ou que os que a defendem e a celebram... com gás sulfídrico!

Eis agora a seguir o artigo incriminado, que saiu na *Seara Nova* n.º 56 e 57, em forma de carta a António Sardinha, sob o título *O problema da cultura em Portugal e o significado do Seiscentismo na sua história*, precedido de uma explicação em itálico que também aqui se reproduz:

O SEISCENTISMO

As discussões que tenho bastas vezes, e o que se passa todos os dias no nosso ambiente intelectual, — tudo me convence da necessidade de voltar sempre a este problema (o problema da cultura, o da reforma da mentalidade) que é para mim o problema básico. Quando tivemos o desgosto, ha tempo, de perder Antônio Sardinha, havia eu mandado para a tipografia, afim de sair na Lusitânia, a resposta a um artigo dele em que me forçava a discutir o assunto. Caiu sobre nós a noticia da morte, que nos prostrou. Retirei a prosa. Mas hoje, vendo a necessidade de insistir no tema, decido publicar o que então escrevi, tanto mais que o traçara (como efeito necessário das nossas excelentes relações) c. m. cabal amizade e simpatia. Insisto na minha tese, porque creio por essa fórma prestar um serviço à Comunidade, — intenção que Antônio Sardinha, se aqui estivesse, seria o primeiro a reconhecer, preitear, acalantar e aplaudir.

MEU QUERIDO AMIGO:

Li (ai de mim! com mais prazer do que entendimento!) o seu artigo sobre o Seiscentismo; e como se afirma por todo ele o contrário do que sustentei nesta mesma revista

Lusitânia,¹ consinta que rediga da minha justiça, e que aqui declare sinceramente algumas das dúvidas com que fiquei.

Hábito é da paixão política o armar pugilato no arraial da História. Ou eu me engano no meu juízo (hipótese com que conto invariavelmente, como sendo sempre a mais provável!) ou há tal paixão no seu artigo; e êsse facto, meu caro Amigo, persuade-me a abrir com o Rabalais: «Je te prie qu'entre nous n'y ait débat ni tumulte, et ne cherchons honneur ni applaudissement des hommes, mais la vérité seule».

Entrando em matéria. A paixão política atribuo eu (¿a que outra causa attribuir o facto?) que abundem tanto no seu escrito os argumentos contraproducentes, e vários casos de viciosos círculos. Darei um exemplo de cada espécie, para que se entenda bem o que quero dizer. Não são talvez como os eu suponho; não devem ser; e nesse caso, certamente, o meu caro Amigo me esclarecerá.

Assim, ao elogiar os Jesuitas pelo seu sistema de educação, cita êste passo de Faria e Sousa, que em Ferreira Deusdado foi encontrar:

«O Cardial D. Henrique fundou em Évora um sumptuoso colégio e Universidade para os Padres da Companhia, onde teem escolas geraes, de que se aproveitam os naturais daqueles sítios com tal concorrência que vindo muitos para isso a deixar a cultura dos

¹ Como disse, êste artigo fôra escrito para ser publicado na *Lusitânia*.

campos, em cujo exercício se criaram, perdem-se muitas terras que produziam fertilmente o sustento de grande parte do Reino, levado por isso à necessidade de pedir pão aos seus próprios inimigos»

Mesmissimamente o que V. diz. Alude ao facto o padre Baião, no *Portugal cuidadoso e lastimado*, livro 1, cap. VIII, quando, ao citar queixas do braço do povo, que iam atingir veladamente a Companhia de Jesus (côrtes de 1562), relata também as que aduziram contra os estudos universitários, acrescentando:

«Mais prejudicial (que a Universidade de Coimbra) foi a de Évora, que o Cardial D. Henrique fundou depois e entregou aos padres da Companhia de Jesus, onde concorrendo os filhos da província de Alemtejo, *deixam a fabricação dos campos, em que fôra muito melhor occuparem-se*».

Ora, — que prova isto? Que os Jesuitas difundiam o seu sistema de educação? — Ninguém o contesta; nunca ninguém o contestou! Disso, exactamente, se queixaram sempre os seus inimigos! O que se discute é a *qualidade*, não a *quantidade* do seu ensino. Se era mau, — quanto mais escolas, pior para nós. Ora, o que prova outrosim aquele mesmo texto é que o bom senso da nossa gente, com seguríssima intuição do que devia ser o ensino público, repulsava o dos Jesuitas, no qual via (e com os motivos inexpugnáveis que lucidamente apresentou) uma errada orientação e uma calamidade social. Portanto: parece que invocar êste argumento numa apologia dos Jesuitas — é querer fixar-se no extremo oposto de todas as normas do bom pensar.

Agora vou indicar-lhe um só exemplo daquelas coisas que me parece a mim que são confusões de pensamento, e que genéricamente designei (pois dar a cada uma seu nome exacto seria excesso de pedantaria) pela expressão de «vicioso círculo». Suponhamos isto:

«Insisto pelo carácter tridentino do nosso Seiscentismo, — pela perfeita ortodoxia do seu pensamento e das suas tendências. Não porque me dirija agora qualquer intenção apologética. Mas, colocado em pleno critério objectivo, para que se destrua de vez o aleive injustificado que tem êsse século com uma pausa humilhante na nossa história, acusando nele os frutos duma longa e asfixiante tutela eclesiástica.»

Para se ver o vício do pensamento suponho desnecessária uma explicação, o que basta citar.

Mas deixe-se em paz a questão da lógica, e tente-se agora tirar a claro quais sejam as teses do seu artigo. Se parece fácil o ver de relance os *sentimentos* que o inspiraram, já o mesmo, quanto a mim, não sucede com as *ideias*. No entanto, não erro talvez resumindo-o assim:

1.º O século XVII foi de esplendor, de relevância intelectual (no nosso país, já se deixa ver) graças, sobretudo, à Companhia de Jesus;

2.º O messianismo é uma atitude que caracteriza o Português, e tem nele uma origem rácica.

Ora, pelo que respeita ao sebastianismo, não lobriguei onde quere chegar. O messianismo, disse eu algures (nos *Ensaíos* e no *Bosquejo*) é de *todos* os povos quando são desgraçados, — de *qualquer* grei que se sente

incapaz. Os galeses, por exemplo, refugiaram-se no messianismo (rei Artur) quando foram vencidos pelos saxões e se sentiram inaptos para tirar desforra. Transmuda-se assim para a fantasia o que se não consegue no viver real. E se o tom de espírito messianista se tem demorado no Português, — expliquei o facto há muito tempo sem necessidade de recorrer à «Ração», ou a qualquer espécie de eradição: é que, sendo a atitude messianista a de todos os povos de má ventura (dos que estão descontentes com a sua sorte e não sabem *por si* devolvê-la em melhor) essa atitude permanece neles enquanto durar a sorte má. Foi messianista o povo danês, por exemplo, no lapsó de tempo em que foi desgraçado; e despojou-se do messianismo desde o momento em que se salvou. Ora, o Português, até hoje, não logrou ainda recuperar-se; vê-se decaído e infeliz; seate-se incapaz de soerguer-se; e continúa, por isso, a devanear num salvador; só no dia em que se redimir esquecerá a idea da Redenção (assim um doente que sonha no médico até o instante em que for curado). Um fio de lógica, como está vendo, resolve problemas que só se complicam com complicadas erudições. Em qualquer povo do universo, nas circunstâncias em que nós estivemos (formação social comunitária — consideração importantíssima; podridão e decadência rápida depois de um auge de esplendidez; sociedade desorganizada sem elite própria para a governar; queda trágica numa batalha com derrota completa em areais longínquos; perda misteriosa de um rei Desejado que deixa o reino sem sucessão; e o jugo, em-

fim, do inimigo tradicional) — em qualquer povo, digo, sucederia o que em nós se viu. Nunca ninguém caiu de tão alto — para tão fundo e com tal rapidez. O sebastianismo, segundo creio (ou, por outra, segundo *penso*, porque eu na verdade pouco *creio*) parece-se com o rei que passeava nu: tôda a gente o supõe vestido das mais eruditas complicações; e aqui, como em outros pontos, eu sou o garoto do conto árabe, e trago para a História a simplez infantil. Digo também: «o rei vai nú!» Santo Deus! Tanta erudição, tanta «raça», tanta *Avalon* e tanta *puella*, — só para explicar o que se explica de pronto pela mais comesinha das intuições!

O mesmo fiz (mocinho era), com o problema dos Descobrimentos. O Menéndez y Pelayo, que V. repete (e entre nós um Teófilo Braga, e junto a Teófilo um Oliveira Martins, e outras ilustres Celebidades) armaram com êles um «sonho» céltico: fôramos levados pelo dito sonho em busca das ilhas Afortunadas «y de la leyenda de San Brandam»... Pois veio o garoto e disse assim: «Não; queríamos tão só o comércio da Índia; e muito metódica e praticamente fomos tratando de o apanhar». Depois, viu-se que a ciência dos estrangeiros se harmonizava de lés a lés com a minha intuição de adolescente. Colhe-se de aqui um soberbo ensino: o de que é possível achar a verdade contra a opinião das Celebidades, tendo-se mediana inteligência e não se possuindo talento algum (o caso que se dá com êste seu criado) desde que se seja um espírito livre e se enrostem os factos sem preconceito, no exame directo das coisas reais. Descob-

bre-se assim à intelligência vulgar, mas liberta, o que ao génio apaixonado se não desvendou.

A batalha das Navegações parece-me a mim que vai vencida. Já de aí, ao que julgo, o mistério da «Raça» se desvaneceu. Também a do Sebastianismo se poderá ganhar. Talvez tôda a gente reconheça um dia, e sem grande custo, que foi o garoto que falou verdade e que não há por aí mistério algum. «Le bon sens» (assellou Bossuet) «est le maitre de la vie humaine»; e Malebranche: «il vaut mieux renoncer à tout qu'à la raison». Olhemos os factos com os *nostros* olhos, candidamente; e se querem negar o que vemos claro, na luz suasória da sensatez, — mandemos ao demo as Autoridades, e riamos das Erudições. Sim, meu caro Amigo: o bom-senso é mestre; a coisa é simples; o rei vai nu.

Mas é tempo de regressar ao nosso ponto. Depois da batalha de Alcácer Quibir, a reforçar o efeito sebastianista daquelas causas que lhe apontei — tínhamos o contacto com a gente judaica, muito influente no nosso país e messianista, como nós, pelas circunstâncias em que se viu metida. Pelas *circunstâncias*, digo eu, e não pelo *sangue*: falo do contacto *espiritual*, da unisonância *espiritual*, — do *refôrço psíquico*, por assim dizer, que dava ao messianismo portuguez o messianismo do judeu. O meu Amigo complica o tema com uma certa hipótese de mestiçagem (sempre a «raça», sempre o «sangue»!) que combate com galhardia, mas em que supponho que ninguém falou.

É dito isto está discutido, ao que parece, o messianismo português. Passemos à parte do Seiscentismo e da Companhia de Jesus.

Cita o meu caro no seu artigo, com elogio, Duarte Ribeiro de Macedo. Pois aí mesmo se irá buscar, se me dá licença, o *leitmotiv* desta oração.

Nos fins do século XVII (quando já se viam clarissimamente os efeitos mortais do Seiscentismo) redigiu Ribeiro de Macedo o seu belo *Discurso sobre a introdução das artes*. Nesse *Discurso*, tendo descrito a miséria pôdre em que o século XVII nos ia deixar, aponta as medidas de salvação; e depois, ementando os efeitos que essas medidas necessariamente deveriam ter, — conclue assim :

«Seremos muitos em número, única felicidade das monarquias
Cultivaremos uma terra fertlíssima, que há de pagar os benefícios que lhe fizermos com abundantes frutos. Teremos gente para as colónias, para as armadas; daremos ocupação aos sujeitos e desterraremos da República a ociosidade, moral inimiga da sociedade civil. Faremos Lisboa o mais rico empório do mundo, depósito e escala de todo o comércio dêle. Crescerá o património real com o maior número e maior riqueza dos vassallos. *Não se rirão de nós os estrangeiros, que comumente nos estimam por índios da Europa*, e conseguiremos a felicidade que logrou no fim do seu trabalho a mulher forte. (*Discurso*, última página).

Além, em resumo, onde o Seiscentismo nos fez chegar. No fim do século de Seiscentos — troçam de nós os povos cultos; somos para eles os «índios da Europa»;

e Duarte Ribeiro de Macedo (releia o meu Amigo o *Discurso* dele) inteiramente lhes dá razão. Aqueles índios, claro está, são os índios americanos: emparelhamos com o Paraguai, e por isso a Europa se ri de nós. Ora, a situação de paraguaios da Companhia de Jesus (que a V. o alegra e o orgulha tanto) a Ribeiro de Macedo não agradou; e o que nos explana no seu belo livro são os melhores remédios para deixar de o ser. Um dos remédios (repare V.) era a *introdução do saber científico, que nós perdêramos*. Eis o que escreve o economista, apontando o exemplo de Paris:

«A riqueza e grandeza de Paris procedem de ser Universidade de toda a Europa. As *sciências*, as artes liberais e mecânicas, se ensinam e otram em Paris com tanta perfeição que nos colégios e academias estudam e aprendem 2.000 cavalheiros das nações vizinhas, entre os quais há comumente Príncipes de casas soberanas». (2.^a parte, cap. VIII).

Está neste ponto o nó da questão.

Ninguém contesta, está bem de ver, que nascessem homens em Portugal com a força de cérebro suficiente para poderem lardear de *comentários* — melhores ou piores — os velhos calhamaços da Idade Média, e ir ruminando submissamente o cibo vetusto de S. Tomás. Capazes disso ou de muito mais. *O que importa agora é o ambiente mental que se havia criado no nosso país, o se era favorável ou desfavorável às inteligências de excepção; releva saber o que é que pensavam, por exemplo, da mentalidade dominante no Portugal do Seiscentismo,*

as boas inteligências portuguezas dêsse mesmo século de Seiscentos. Quanto mais inteligências de bom quilate, melhor colocada ficaria a tese dos adversários do Seiscentismo. Houve *comentadores*, diz Você. E melhor que nada — se acaso o é. Mas pouco, muitíssimo pouco, para quem acabava de refulgir ao sol num século soberbo de *inovadores*: para quem escrevera, por exemplo, os *Reteiros* de D. João de Castro, os *Colóquios* de Garcia da Orta e os *Tratados* de Pedro Nunes. O ponto é este: nos séculos XVI e XVII, na Europa, dá-se uma revolução intelectual (a mais decisiva de todos os tempos) onde se criou a *atitude scientifica* e o *espírito crítico* da moderna Idade. Portugal, no século XVI, foi guarda avançada dessa grande aurora, e no *livre espírito de investigação* a sua obra se desenvolveu. Eramos pioneiros, nós, do novo saber experimental. «Não me ponhais mêdo com Dioscórides nem Galeno, que não hei de dizer senão a verdade e o que sei... que se sabe mais em um dia agora pelos Portuguezes do que se sabia em cem anos pelos Romanos», — escrevia Orta nos seus *Colóquios*. Não nos restringimos a *comentar* autores: abrimos os olhos à Realidade, — directamente, criadoramente, — com espírito scientifico e senhor de si. Ora, se considerarmos o que se fez lá fora durante o século que se seguiu (o de Galileu, Torricelli, Kepler, Boyle, Huyghens, Mariotte, De La Hire, Amontons, Hoffman, Crew, Cowper, Willis, Peyor, Graaf, Leeuwenhoeck, Bernoulli, Pascal, Viviani, Borelli, Cassini, Harvey, Borrow, Descartes, Fermat, Malpighi, Bellini, Pitcarnio, Sydenham e tantos outros)

— concluiremos que a nossa sciência, depois de florescer com um Pedro Nunes, um D. João de Castro, um Amato, um Orta (para não falarmos em scienstistas menores, ou menos famosos de que êsses quatro) devia frutificar nõ seguinte século com alguma coisa maior ainda. E que vemos então? Não vemos NADA. Caímos dos altos para o nível zero, — a tal Pausa, meu caro Amigo, que V. desmente e que é bem real. A fonte secou. Há só as vácuas, as mortas, as paradoxais «humanidades» da Companhia de Jesus, — precisamente o contrário das verdadeiras Humanidades, como seria fácil de demonstrar. E, para que voltasse a ouvir-se um sussurro de água na bica poenta dessa fonte sêca, — foi preciso que no século XVIII os inimigos do Seiscentismo (os protestatários que asfixiavam nesse regime que V. exalça) fugissem aflitos para a Europa sábia, — e de lá, em tiros certos e triunfais, derrubassem a prisão de palavras vácuas em que o Seiscentismo nos sepultou. Por outros termos: há uma coórte de *inovadores* no século XVI em Portugal, que cresce *dentro* da nossa cultura — consubstanciada com o seu país, — na faina augusta das Navegações; há uma plêiada de *renovadores* no século XVIII portugûes, formada *fora* da terra pátria, *porque se quebrara o nosso impulso de criação intellectual*; e entre as duas (do século de Amato e de Garcia da Horta para o século de Brotero e de Ribeiro Sanches) — há a Pausa. Não se cria; comenta-se. Abandona-se o saber scientifico, perde-se a idéa da investigação. E' êste o Facto Dominador. Tratar da cultura do Seiscentismo sem pôr

à frente numa luz vivíssima êsse grande Facto Fundamental — equivale, quanto a mim, a escrever a história da nossa gente nos séculos xv e xvi — sem pensar nas Navegações.

Quando, no século xviii, muitos perceberam que nos tínhamos tornado, em verdade certa, uns lêrdos para-
guaiois para a Europa culta, mandou o rei D. João V

«consultar em Inglaterra Jacob de Castro Sarmento, pela intervenção do conde da Ribeira, dos meios de reformar neste reino a medicina. Jacob de Castro referiu pelos doutores que consultou: *primo*, que se deviam traduzir as obras originaes do illustre Bacónio, para serem divulgadas em Portugal, para preparar com ellas os espíritos, para os livrar de antigas preocupações e para os dirigir pelo verdadeiro caminho das sciências naturaes; *secundo*, que se mandassem estudantes fora do Reino, fazerem-se peritos nas mesmas sciências, para virem depois ensiná-las e propagá-las aos seus nacionaes» (*Compêndio histórico*, Parte II, cap. III).

Eis o que, depois da Pausa do Seiscentismo, receitavam da Grã Bretanha ao velho povo das Navegações: iniciar-se, lendo Bacon, no espirito experimental de que elle fôra o iniciador. Estava necessitada de ler Bacon, a «gente ousada» que sentenciara: «a Experiência é madre das coisas, e por ella soubemos radicalmente a verdade» (Duarte Pacheco); a que dissera com Garcia da Orta que pouco se lhe dava dos autores antigos, em se tratando do que ella viu; e emfim, a que havia erigido na sua epopeia (em cada canto dos seus *Lusiadas*), contra

todos os comentadores e contra todos os Autoritarismos, — a mais entusiasta apologia da investigação experimental!

Pôsto isto, — ¿ darei agora as culpas *tôdas* à Companhia de Jesus? De-certo não. Mil vezes não! Não darei as culpas *tôdas* à Companhia de Jesus; e nenhuma darei à religião católica. Fui dos primeiros, como sabe, a opor diques aos exagêros da historiografia jacobina (quando actuais integralistas eram ainda vermelhíssimos, porque só depois lêram Maurras) e à idea, a meu ver insustentável, de imputar as misérias tôdas de que soffreu a nossa grei — políticas, económicas, culturais e sociais — ao Jesuita e só a êle. Êsse sistema é infantil. Mas fazer o contrário dos jacobinos (a apologia de século XVII e da Companhia de Jesus), como V., parece-me também infantilidade: e não direi tão grande, mas maior ainda. Chegou tempo de entrarmos todos na maioridade intellectual.

A minha idea resume-se assim: se fomos dominados pelo Jesuita, é que nos achámos predispostos a soffrer a dominação. Quem é paraguaio, — paraguaio era. E predispostos, porquê? — Seriam isso contos largos, que não posso agora desenrolar. O que devo, meu bom Amigo, é pedir-lhe que se precató no invocar das autoridades, e no uso das citações.

Arvora V. no mastro grande com salva oestrondosa de artelharia o célebre livro de mestre Bøhmer, quando pretende defender a Companhia de Jesus; e, com êsse

estandarte desfraldado, dispara as bordadas ao adversário. Com que razão?

Böehmer sustenta (e penso que bem) que havia causas de decadência que actuavam em Portugal além da acção dos Jesuitas, pelas quais viria a declinar a sociedade portuguesa, ainda sem Jesuita; mas (muito ao contrário do que V. insinúa) reconhece-lhe bem claro o deletério da influência. Diz assim:

«Les Pères... étaient en fait plus puissants au Portugal que dans n'importe quel autre pays... *Aucun homme de sens ne soutiendra qu'un pareil état de choses ait été profitable au bien du royaume*»;

e só depois desta última frase, claríssimamente condenatória, vem aquel'outra afirmação, de que tanto efeito se quere tirar:

«Et pourtant il serait injuste de tenir les Pères pour responsables de la ruine du Portugal. La décadence avait déjà commencé quand ils s'y sont établis. Une politique coloniale disproportionnée avec les forces du pays, et qui décimait véritablement la population, fut la cause véritable de cette ruine complète.» (trad. Monod, 2.^a ed., 1910, p. 86).

Aliás, qual a influência dos Jesuitas no viver de Portugal, segundo Böehmer, concluir-se hia facilmente (e sem a frase que sublinhei) daquilo que diz o mesmo autor, no mesmo livro, dos efeitos da Companhia nos outro países em que dominou. Assim, quanto à França:

«Le 17 Octobre 1685» (revogação do édito de Nantes) «fut donc pour eux» (Jésuites) «un jour de victoire, la récompense finale de cent vingt cinq ans d'une guerre sans répit. Mais c'est l'E'tat qui a payé les frais de la victoire des Jésuites, et ces frais ont été formidables. La dépopulation, la diminution de la prospérité nationale, telles furent les conséquences matérielles fort sensibles de leur triomphe, et ensuite un appauvrissement spirituel auquel la meilleure école des Jésuites ne pouvait remédier.» (p. 103.)

Isso, no que toca à França. Agora, quanto à Austria:

«L'Ordre était donc, vers 1675, arrivé, dans tous les pays dépendants des Habsbourgs allemands, au but de ses efforts... L'Ordre, avec ses 6 Académies, ses 55 collèges, ses 28 séminaires, ses 5 pensionats gratuits, affirmait aux yeux de tous sa domination sur tout le haut enseignement et par suite sur toute la vie intellectuelle. Mais ce triomphe des Jésuites avait encore eu un autre résultat: l'Autriche avait été tout particulièrement appauvrie; l'expulsion de plusieurs milliers de familles de race allemande ou tchèque avait causé des pertes énormes de richesses, d'hommes, de forces intellectuelles...» (p. 125)

Agora ainda, quanto à Polónia:

«La Pologne était devenue la terre classique de le royauté scolaire de l'Ordre dans le Nord, comme le Portugal dans le Midi. Quelle a été l'éducation donnée par ce précepteur à la Pologne?... Elle resta comme auparavant, sous le vernis superficiel de al nouvelle culture latine, foncièrement ignorante, sauvage, turbulente, une aristocratie de conscience large et de cœur étroit. Elle n'avait acquis dans les écoles des Jésuites qu'une chose nouvelle: un fanatisme barbare... On a rendu les Jésuites entièrement responsables de l'anéantissement de la Pologne. Posée dans ces termes, l'accusation est excessive; la décadence de l'E'tat polo-

nais avait commencé avant qu'ils parussent en Pologne. *Mais assurément ils ont précipité la décomposition du royaume...*» (p. 131 e 135.)

Por isso Monod, no prefácio da tradução do livro de Bœhmer, resume assim o pensar do autor :

«Les Jésuites pouvaient servir les intérêts de la foi catholique sans leur sacrifier tous les intérêts temporels et intellectuels des pays où ils ont exercé leur influence. Or, partout où les Jésuites ont exercé une action prépondérante, en Autriche, en Bohême, en Pologne, *dans tous les pays latins*, leur règne a été accompagné d'un appauvrissement économique et d'une décadence intellectuelle, et, en France, quelles ruines matérielles et morales n'ont-elles pas suivi la Révocation de l'Edit de Nantes et la destruction de Port-Royal! Partout où ils ont exercé une action politique, ils ont sacrifié les intérêts vitaux de l'E'tat à ceux de l'Eglise.»

Aí tem, citado a preceito, o que está no livro de mestre Bœhmer. Já vê V., meu caro Amigo, que força muitíssimo a realidade quando tenta escorar com êsse mesmo livro os seus elogios aos Jesuitas...

E passando agora ao Gonzague Truc (o qual é, pelo menos na obra que V. aponta, um vulgarizador de quarta ordem, com lamentável desconhecimento da actual filosofia não francesa) também V. o citou do avêssô, ao querer apoiar no livrinho dêle a sua arrebatada apologia dos comentadores da Escolástica no nosso século XVII. O que o Truc elogia nos Escolásticos *La Idade Média* (repare V.!) é não serem só comentadores, é a sua iniciativa e novidade quando os encaramos na sua época,

chegando a dar «quelque raison», êle, Truc, à conhecida proposição da *História* de Haureau:

«La Scolastique, c'est le travail des intelligences qui, longtemps asservies à l'empire absolu d'un dogme révélé, s'efforcent de mériter et de conquérir *leur émancipation* au prix de cette douce sécurité que procurent l'esclavage et la foi; la Scolastique, *c'est la Révolution qui se prépare*, qui annonce sa venue» (v. Gonzague Truc, na obra que V. cita, *le Retour à la Scolastique*, p. xv.)

Eis pois o que pensa Truc dos Escolásticos que êle elogia, — que são os Escolásticos *da Idade Média*, os criadores, os «docteurs anciens»; e eis porque os elogia: pelo seu espírito de inovação; por não serem só comentadores; pelo revolucionário da sua Obra. Quanto aos Escolásticos comentadores dos séculos XVI e XVII, que V. pretende defender invocando o livro dêle, Truc *condena-os*, e à tesa, precisamente por não terem a virtude dos da Idade Média, por serem meros comentadores; e chama-lhes «sórdidos», «paródias», «estéreis», «caricaturais»: ¹

¹ Como se vê, a minha afirmação é a de que António Sardinha não podia apoiar no testemunho do livro de Gonzague Truc uma apologia dos escolásticos do século XVII, como êle pretendia. Truc só elogia os escolásticos da *Idade Média*, e êsses próprios só em parte. Como eu disse no prefácio, reproduzo agora o trecho completo do autor francês, indicando por itálico as partes aproveitadas na primeira edição do meu artigo. O leitor verá imediatamente que as partes que então eliminei, para não alongar (indicando-as por tres pontinhos), não contrariam em coisa alguma, e pelo contrário só confirmam, as conclusões que eu tirei das partes reproduzidas.

«Le défaut de cette polémique, fut la polémique. Accordons-lui d'abord ce qui lui revient. Il est vrai que *les écoles, gardant la manière plus que le fond des anciens docteurs, tombèrent dans les excès illustrés par les sarcasmes de Rabelais...* Mais l'enseignement scolaire, précisément, était-il si scolastique, et par exemple, l'Université de Paris, si elle interdisait Aristote au XVII.^e siècle, avait-elle conservé de ce maître l'intelligence qu'en possédait Saint-Thomas ?» (p. 28) ¹.

«Le tort de la scolastique fut d'avoir trop et trop fortement raison ². C'est le danger des doctrines officielles, une fois close la période vivante de la formation, de s'affadir peu à peu, de péricliter entre les mains habiles mais communes des pédagogues, et de s'évanouir enfin, faute de se transformer. Celle-ci, au long de six ou sept siècles et avant de connaître une renaissance pleine de promesses, dut subir un inévitable sort ³.

Pendent que vers 1500, inventions et découvertes renouvelaient en philosophie la matière, bien plus encore que la méthode, et qu'une pensée plus libre tâchait de s'organiser et de s'affranchir de la contrainte d'un dogme qui détenait l'autorité, la doctrine officielle restait seule enseignée par les écoles, et, loin d'y réaliser quelque progrès, subsistait de l'acquis ancien, retenant des vieux maîtres, ⁴ moins un fond toujours vivace et fécond pour qui l'eût su découvrir, qu'une forme, par nature transitoire, et déjà désuète. Le règne arrive du

¹ Como se vê, o autor, depois de confessar que a escolástica do Renascimento mereceu os sarcasmos de Rabelais, diz aqui que a do século XVII não percebeu Aristóteles como o percebera S. Tomás. Diz mal, pois da escolástica do século XVII.

² O autor chama aqui «escolástica», claro está, à *medieval*; e passa a dizer que a dos tempos seguintes foi uma degeneração dessa escolástica medieval.

³ Refere-se o autor ao renascimento da escolástica no nosso século XX. Segundo o que aqui diz, portanto, a escolástica foi uma coisa insípida e periclitante nos seis ou sete séculos que vão do XIII ao XX. Entre estes, pois, está o século XVII.

⁴ Quere dizer, dos escolásticos *medievais*.

sylogisme en Barbara, des sorbonagres et des facéties de l'écolier limousin. Prenons garde, toutefois, que c'est là de la caricature.¹

Certes, il a été affligeant qu'à l'âge de Giordano Bruno et de Galilée, de sordides régents de non moins sordides collèges aient pu déshonorer saint Thomas par une parodie², et, incapables de pénétrer les choses, se soient perdus dans les mots. Je me demande pourtant, et la question va se poser plus pressante tout à l'heure pour le XVII.^e siècle,³ si on a rendu pleine justice à l'enseignement traditionnel⁴ et si cette caricature n'a pas effacé sans retour la véritable physionomie.

Ce qu'il faut dire donc, simplement, c'est que la scolastique, devenue d'originale et d'agissante, scolaire et glacée dans les traditions des écoles et des manuels, se survit, propre encore peut-être à contribuer à la formation intellectuelle d'un clergé toujours polémiste et peu ou prou métaphysicien, mais désormais fermée à toute mutation ou diversité, une et uniforme, rebelle au progrès, dépourvue de génie créateur, stérile enfin et sans plus rien qui puisse susciter un

¹ Quere o autor dizer que a escolástica do Renascimento era uma caricatura da escolástica medieval, e que seria injusto avaliar o valor desta pelo ridículo e inanidade daquela. Se interpretássemos o texto de outra forma, isto é, como significando que deveríamos tomar em conta o facto de que as facécias do escolar limusino eram uma caricatura da escolástica do Renascimento, teríamos de concluir que o autor defendia neste passo a escolástica do Renascimento: conclusão absurda, pois tudo quanto se lê no texto, antes e depois deste passo, é uma condenação da escolástica dos seis séculos que medeiam entre o XIII e o XX.

² Galileu morreu em 1642; Giordano Bruno, em 1600. O autor chama pois aqui à escolástica do século XVI uma paródia que desonrava S. Tomás.

³ Como se vê, o autor, aqui, afirma que a escolástica do século XVII se apresenta como mais caricatural ainda, mais deformadora da fisionomia da verdadeira escolástica (a medieval) que a escolástica do século XVI.

⁴ Quere dizer, à escolástica tradicional à medieval.

de ces systèmes qui, au moyen-âge, ébranlaient le monde pensant.¹

La Pedagogie est utilité peut-être, et à coup sûr abaissement, abaissement du maître qui se rapetisse, de l'enfant qui se guide, et de la science que tous deux faussent.² Elle réclame, pour quelque succès, un tact, une délicatesse, une charité qu'on n'y trouve guère et que même elle semble démentir par définition : le pédagogue a été chez les anciens le plus vil des esclaves et reste chez nous l'avant-dernier des fonctionnaires. Il ne faut donc point s'attendre à lui voir illustrer les conceptions qu'elle doit répandre. *La pédagogie scolastique se révèle la pire de toutes parce que la plus étroite, la plus spéciale, la plus contraignante, et, dans ses cadres immuables, la moins perfectible.* J'entends naturellement celle des cuistres, celle qui a compromis tout le système, fond et forme, et a trop bien servi le mépris intéressé des novateurs. (Le Retour à la scolastique, p. 33-35).³

Como vê, ainda aqui o autor que alega diz o contrário do que V. supõe. O homem que chama em defesa sua é o que o aniquila e o destrói. E o mesmo sucede no seguinte passo :

Para abonar a apologia do Seiscentismo e dos Jesuitas.

¹ Mais uma vez opõe a esterilidade, a falta de génio criador e a rebeldia ao progresso da escolástica dos séculos XVI e XVII, ao vigor e espírito revolucionário dos sistemas escolásticos *medievais*.

² Com toda a razão condena o autor a prática pedagógica desse tempo, de que as doutrinas educativas actuais são a antítese. Estas doutrinas vão hoje vencendo pouco a pouco a prática antiga : em uns países mais, em outros menos. O nosso ensino — quer dizer, o ensino em Portugal — acha-se ainda em grandíssima parte contaminado dos vícios daquela pedagogia escolástica, «la pire de toutes parce que la plus contraignante».

³ No manuscrito original deste artigo eu pus juntos este trecho e o anterior, indicando : p. 28, 33-35. O tipógrafo esqueceu o 28. Como disse no Prefácio, vão aqui indicados a itálico os períodos originariamente transcritos por mim, e em tipo redondo

(aquéle, como período áureo da nossa língua, da nossa prosa; e estes, como promotores da dita língua e da dita prosa) diz V.:

«Na *Introdução ao Dicionário da Língua Portuguesa*, do Padre José da Fonseca, e impresso pela Academia em 1793, confessa-se louvavelmente que «a idade mais elegante da pureza da nossa língua deve contar-se desde o ano de 1540, em que começaram a ler na Universidade de Coimbra os insignes mestres que el-Rei D. João III nela estabeleceu.» Eis o reconhecimento de um facto que só por si enche de luminosidade o *seculo XVII*: graças ao ensino humanista, como os *Jesuitas* o professaram, a nossa língua se estabilizou na pena dos *Seiscentistas*. . . » (*Lusitânia*, p. 7.)

Tudo parece muitíssimo bem; simplesmente, meu caro Amigo, — essa cita, que aí nos dá, ê-se texto de José da Fonseca que V. alega triunfalmente, como relativo aos Jesuitas e à epoca do Seiscentismo, — nem é applicável aos Jesuitas, nem é applicável ao Seiscentismo! Para fá-cilmente o verificarmos, bastaria que V., ao citar, não tivesse cortado a cita precisamente no ponto importante.

os períodos de que me não aproveitei, indicando por reticências a sua falta. Como o leitor verificará, os períodos não aproveitados não invalidam de maneira nenhuma a conclusão que eu tirei dos períodos transcritos, a saber: que o livro de Gouzague Truc não podia servir a uma apologia da escolástica do *seculo XVII*, como Sardinha, (de-certo por precipitação na leitura dêsse livro, aliás medíocre) imaginou. A acusação de falsificação do texto é pois absurdíssima e completamente fantástica. Em nenhum país civilizado eu me veria compelido a provar esta evidência. Falsificar o texto. . . de um livreco actual de 4 francos, acessível a tôda a gente!

Vou reproduzi-la como lá vem, no *Dicionário* de José da Fonseca. Peço atenção:

«A idade mais elegante da pureza da nossa língua poderá (parecendo) contar-se desde o ano de 1540, em que começaram a ler na Universidade de Coimbra os insignes mestres que el-rei D. João III nela estabeleceu, e *terminar-se no ano de 1626*, no qual saiu à luz a primeira parte da *História* de S. Domingos, de Frei Luís de Sousa, por ser esta a última obra que o autor em sua vida publicou» (livro citado, p. iv, nota d).

Como vê, desde 1540 até 1626: o trecho refere-se ao *Quinhentismo*, e não ao *Seiscentismo*!

Em segundo lugar, os «mestres de Coimbra» a que alude Fonseca não são os mestres jesuitas, mas, *muito ao contrário*, os que vieram com Gouveia, de quem os Jesuitas foram rivais e que eles conseguiram substituir. O texto por V. citado como *favorável* aos Jesuitas... é *adverso* aos Jesuistas. Nem podia deixar de o ser: Fonseca foi, como sabe, todo chegado ao Marquês de Pombal, a quem dedicou em 71, bombásticamente laudatório, o seu dicionário português-latino.

Não, meu caro Sardinha; admirar o *Seiscentismo* é querer-nos manter no grande eclipse da cultura nacional¹; é querer adorar o maior cancro de que ainda sofre o Português: a mentalidade anti científica, anti-crítica, que nos faz... «índios da Europa» desde então. Portu-

¹ Eis a razão da minha insistência neste assunto.

gal, no século XVI, foi dos pioneiros da **investigação científica**, do senso crítico, do moderno espírito europeu; o Seiscentismo, porém, fê-lo cair dessas alturas no charco lodoso da Retórica, em que inda jaz. Precisa pois de saír de lá quem queira entender o nosso caso, e dar remédio à nossa Grei. Eis aí, meu caro Sardinha, o que há mais de três lustros estou prègando. Quem quer que não teve educação científica, porém, difficilmente me entenderá, — e seguirá vivendo como até aqui neste nosso deserto intellectual, onde tudo é verbo, psitacismo, palavra estéril, como lá no deserto é tudo areia: areia, areia, areia, areia, areia, — areia ainda, e sempre areia, — areia, areia, e areia mais... Oh! que sêde de autênticas *ideas* nestes páramos soníferos do palanfrório portugêus!

O que peço aos lusos que fazem livros, é que para êles escrever seja *pensar*; é que as letras sejam *cultura*, e não instrumentos de paixões efêmeras ou degrau da vaidade e da ascensão pessoal. Só teremos enfim História culta no dia em que desistirmos de fazer da História (como é hoje) mero departamento fantasioso do jornalismo de facção. Se a História escrita pelos jacobinos foi facciosa e muito má, a nova História dos reaccionários está sendo facciosa e muitissimo pior: era aquela, pelo menos, bem mais operosa no investigar.

Que nos pode defender de tais excessos? Sòmente, creio eu, uma forte rajada de sinceridade crítica, prólogo da introdução do humanismo crítico e da **reforma da mentalidade**...

Reforma da mentalidade: cerro por aqui a amístosa epístola, repropndo agora o que já propus: que nos despojemos ao entrar na História dos antolhos burdos da paixão política, afim que aclaremos o espirito dos jóvens em vez de o transviar e enredar; que sejamos exactos nas alegações, e tersos e calmos no juízo crítico; e que não busquemos ao trocar ideas a honra e o aplauso de quem ouve e lê, mas a verdade e nada mais, conforme ao preceito do Rabelais. E para não rematar esta carta amena com frases de um homem que foi tão molesto aos seus queridos Escolásticos da moderna Idade, a quem o citado Gonzague Truc ousou chamar caricaturais, — será às epístolas de Santo Agostinho que irei buscar o equivalente delas, em eclesiástico e bom latim: «Cavendum est ne tempestate contentionis serenitas charitatis obnubiletur»: busquemos nós que se não perturbe, no tempestuoso de uma má contenda, a serenidade do amor fraterno!

Isto, que o leitor acabou de percorrer, é o artigo em que eu, segundo afirmam os meus inimigos, insultei António Sardinha e falsifiquei textos. Diga agora em sua consciência:

Encontrou insultos a António Sardinha?

Encontrou que as partes do livro de Gonzague Truc que da primeira vez não transcrevi (e que vão agora em tipo redondo) destruíssem em alguma coisa a conclusão que se tira das partes que transcrevi (e que vão agora em *Itálico*)?

Encontrou falsificação de textos?

A atitude que aconselhei aos meus jovens amigos de Coimbra (enojados com as acções dos meus inimigos que prepararam a manifestação do Gás Sulfídrico no salão do Teatro de S. Carlos) consta do artigo que reproduzo a seguir, e que veio publicado na *Seara Nova* n.º 87: *Aos jovens «seareiros» de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da Luz e da Rixão:*

MEUS QUERIDOS AMIGOS:

A carta de um de vós, chegada há pouco, mostra-me o perigo que agora correis de vos enojardes excessivamente de certas misérias espirituais, com prejuizo irreparável do objecto principal da vossa obra.

A ofensiva rábida dos adversários não vos deve causar irritação, mas alacridade. Que prova ela, a-final? Que o vosso esforço está sendo eficaz; e chegou o momento de poderdes mostrar com aquela nitidez que nos é necessária — a natureza das ideas que vós servis. Se aban-

donardes, porém, o debate nobre dos pensamentos pela discussão pessoal com a gente fanática, — confundir-vos heis com os que vos atacam, e obscurecer-se há aos olhos do público o carácter basilar que nos distingue: o constituirmos, não uma seita de acção política (com tôdas as mentiras e as paixões a que obriga sempre o sectarismo), — mas sim um grupo de acção moral.

Isto, — que os nossos adversários nunca poderão entender; — é mister que o público que nos vê e escuta o sinta e entenda cada vez melhor. Não somos um partido de intriga política: somos um apostolado de renovação do espirito, de regeneração mental da nossa Grei. Temos de pensar, por isso mesmo, *sub specie aeternitatis*, e não nos efeitos imediatos das nossas palavras e dos nossos actos, mas nos longínquos, nos permanentes, nos radicais.

Em política, que deseja a *Seara*? A democracia. Mas a base da democracia é a *virtude*, como já afirmava Montesquieu; isto é: a moralidade cívica de todos nós. Antes de ser um regime político, é a democracia uma atitude moral; e a maneira de fazer a democracia não é directamente pela política, mas indirectamente pelos costumes. A causa da imoralidade dos homens públicos é a imoralidade cívica dos cidadãos, e povo algum entre os mal governados se pode queixar dos seus governantes, pois são os povos, a-final de contas, quem os selecciona e quem os faz. Fundar a democracia, é levar a substituir progressivamente a autoridade externa de certos homens (ou dum certo homem) sobre os outros — pela autoridade *interna* em cada um de nós, isto é, pelo

império do racional de cada alma cívica sobre os seus próprios interesses e paixões. Por outras palavras: a democracia corresponde nos sistemas políticos à idea moral do auto-domínio. O primeiro princípio do democrata é transportar a idea de govêrno e império, — do corpo social, onde todos a vêem, para dentro do espírito do cidadão. O democrata verdadeiro não é o que começa por dizer ao povo: «tu és soberano»; mas sim o que toma como idea básica: «que cada um eleve no seu próprio espírito um duro soberano do seu mesmo *eu* que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos, ao ponto de vista racional, que é o ponto de vista social». Democracia é disciplina *interna*, política do Espírito; e querer constitui-la mecânicamente, fora do Espírito, é não atingir a menor noção dos seus princípios fundamentais. Democracia, auto-domínio, são aspectos complementares duma mesma idea. *Por isso, a autêntica pregação da democracia é dar o exemplo do «self-control»; é procurar a virtude em todos os actos; é ter sempre por objecto o bem da Grei.*

Há homens honestos reaccionários, e alguns sei eu que são honestíssimos; a virtude, porém, não é neles a base da idea politica, e pode-se, sem contradição, ser-se anti-democrata e ser-se um vil. Maurras é vil, como se diz e prova com relêvo nítido na obra recente de Georges Valois, *Contre le mensonge et la calomnie*; essa vileza, porém, está dentro da lógica da sua política, e não sofre nela contestação.

Declara por isso o nosso Proudhon: «democracia é

demopédia»; democracia é educação do povo. Prègar democracia, por isso, é trabalho de exemplo e de paciência, — dessa longuíssima paciência pela qual Buffon definiu o génio. Temos de a prègar com o nosso exemplo: com o nosso exemplo, sobretudo, ao tratar com os homens que a não entendem (ou não teem cabeça para a entender), reavivando no espirito a tódas as horas o preceito excelente de Marco Aurélio: «De madrugada, dizer a si próprio: toparei hoje com um curioso, um ingrato, um insolente, um invejoso, um insociável. Todos estes vícios os teem eles porque ignoram o que é o mal e o que é o bem; mas eu... eu não posso deixar-me perturbar por esses homens, porque nenhum deles me poderá induzir a proceder mal». «Proceder mal» significa, no nosso caso, proceder anti-democráticamente.

Espero que me entendereis. Podereis atacar com toda a lógica os homens que prejudicarem o bem comum, e na medida em que o prejudicarem: atacar os que exercem funções de govêrno, ou um cargo político, quando abusarem do seu papel. Esses prejudicam a toda a Grei. Não deveis atacar, porém, os que seguem ideas contrárias às vossas, pelo simples facto de as sustentarem, ou ainda porque assaltam as vossas pessoas, não com ideas mas com perfídias. As nossas pessoas não importam nada: importa sómente o bem comum. Combatei as *ideas* contrárias às vossas, — mas sem sentimentos de hostilidade para com os *homens* que as preconizam; e se eles recorrerem à impostura, porque são fracos, ou à

calúnia, porque são vis, — não vos apaixoneis perante o mal. Eles podem entregar-se às más paixões (repito) sem faltarem à lógica da sua política; mas vós, se vos dizeis partidários do racionalismo e prègadores da democracia, — haveis de conservar-vos sempre no alto (e sempre conscientes de responsabilidades maiores) para não desmentir o vosso ideal e os escopos sublimes que dizeis servir.

Por isso mesmo, àquela máxima de Marco Aurélio ligareis o preceito do «Epicteto amigo»: «Quando souberes de alguém que diz mal de ti, lembra te que cuidava que fazia bem dizendo-o, e que assim mesmo lhe pareceu a êle; e que não pode seguir o teu juízo, senão o seu próprio. E se êle julga mal de ti, sua será a perda, porque vive enganado: pois, se um homem julga a verdade por mentira, não é por isso prejudicada a verdade, mas sim a pessoa que a não reconhece. Com esta consideração sofrerás com bom ânimo aqueles que disserem mal de ti, e a tudo responderás: assim lhes parece a êls!» Devendo só observar-se, para mais rigor, que muitas vezes lhes não parece tal, e sabem que mentem: mas cuidam que mentindo fazem bem, ou servem a Deus.

Sim, meus Amigos: chegou a ocasião de mostrardes a todos que os vossos princípios são coisas práticas, e não rêtórica; e bemdirei as baixezas dos adversários se vos obrigarem a cavar no vosso espirito — na íntima substância do ser moral — e muito fundo; lá bem fundo, até encontrardes a rocha sólida dos verdadeiros princípios.

racionais. E quando chegardes a essa rocha eterna, sabereis então o que é bem-sorrir, — o sorrir peñene, o sorrir olímpico, com a alegria dos santos e dos heróis, com o sol na alma e o coração em luz. Não sereis demócratas verdadeiros se vos não despirdes inteiramente da menor sombra de personalismo, se não olhardes com calmo ânimo para as pequenezas dos que vos atacam, sem sombra de desprezo nem asco algum, mas com caridade e a sorrir. Cristãos se dizem os que vos querem mal: mas é a vós que compete o ostentar as virtudes a que se tomou o hábito de chamar cristãs; são eles os paladinos da aristocracia: sêde vós os nobres no vosso espírito, — nos pensamentos e nas acções.

Voltaí a Epicteto: «Como o professor de ginástica me exercita o corpo» — diz êle — «maçando-me o pescoço, as espáduas, os braços, e ordenando me exercícios difíceis: *levanta esse fardo com as duas mãos; levanta o o mais alto que te fôr possível*; e quanto mais pesado me parece o fardo, mais os meus músculos adquirem vigor: assim acontece com aqueles que me atacam: exercem-me na paciência e na clemência, virtude mais útil que a força física». E se tentarem atacar-vos fisicamente (aqui falo eu) dai-lhes de murro bem puxado: mas sempre com alegria, e sem rancor.

O que eu vos peço, porém, não é sómente que sejais estóicos; não é sómente o aperfeiçoamento próprio: mas que metais o dorso a uma maior empresa — muito maior, — que é a regeneração de Portugal. Ora, nunca se empreendeu uma obra grande, de reforma, sem a

apaixonada opposição dos que não podem comprehendê-la; nunca se acendeu um farol no mundo sem que um vento em fúria lhe assoprasse em cima; sempre contra uma Hipácia se levantou um bruto, contra um Herculano um padre Recreio, contra um Galilen uma Inquisição: e nem as grandes obras seriam grandes sem essa condição do seu valor. Agradeçamos, portanto, aos que tomaram para si o papel ingrato de serem os apedrejadores da vossa luz. Sim: esses ataques dos irmãos fanáticos (imitemos as palavras de S. Francisco de Assis) são parte necessária da vossa obra, e servem de a encastoar e a relevar. Discuti ideas quando houver ideas; às insídias, porém, não responder nem discutir. Oponde-lhe sómente a nobreza vossa, e a gargalhada límpida de Parsifal, sem ressentimento ou indignação. Quanto mais se enviperarem os rancorosos, mais alegremente deveis sorrir. Se são lucifugos, dai-lhes sol; que lá diz o livro de Marco Aurélio, imperador de Roma e de todos nós: «Sê como o promontório, onde veem quebrar-se os furores das vagas: ei-lo imóvel ao de cima delas, enquanto em roda turbilhona e freme a sua cólera impotente».

Por mim, em casos dêsses, nunca precisei de combater cá dentro a tentação diabólica de me irritar, porque nunca a tive. Não: nunca senti uma sombra de ira contra quem quer que fôsse que me atacasse: preciso sim de recalcar na alma o pendor a divertir-me excessivamente com o espectáculo da fúria dos adversários, e a tomar alacridade demasiado viva neste desporto magnífico de cãdear a vista dos que odeiam a luz e a razão.

Custa-me, sim, em certos lances, substituir o divertimento pela Caridade, e a gargalhada estrídula do desportista pelo sorriso calmo de S. Francisco de Assis. Mas também isso se consegue, graças a Apolo, nesta bela estrada em que vamos indo, — tôda canora pela voz dos pássaros, tôda lavada pela luz do Sol!

Nota à página 20 :

«Para se vêr o vício do pensamento, suponho desnecessária uma explicação, e que basta citar» (p. 20).

Ao que parece, é tal necessária a explicação, pois houve quem declarasse que não percebia onde está aí o vício do pensamento. Expliquemos pois esta evidência. Diz Sardinha que insiste na perfeita *ortodoxia* do pensamento seiscentista para destruir o aleive de que sofremos nesse século a *tutela eclesiástica*. Ora, a dúvida acêrca da tutela eclesiástica só poderia sair, pelo contrário, da demonstração da livre existência de um pensamento *heterodoxo*. A perfeita ortodoxia de que nos aparece revestido tudo o que nesse século pôde aqui aparecer só tende a confirmar a idea de que a tutela eclesiástica se exerceu, e de que teve de ser aceita. Perfeita ortodoxia é perfeita submissão á doutrina eclesiástica, que inculca perfeita submissão á tutela eclesiástica. A perfeita ortodoxia só inculca a realidade daquilo que Sardinha por meio dela pretendia contestar. Ficará percebido desta vez?

10\$00